
EDUCAÇÃO E TRABALHO*

Nilton Bueno Fischer **

Este estudo sobre o tema Educação(1) e Trabalho está baseado em duas suposições comumente difundidas envolvendo tais conceitos: a) existe uma correlação positiva entre educação e trabalho; b) o processo pedagógico que se desenvolve na escola é neutro. A primeira suposição implica na aceitação de que a escola é eficiente para preparar recursos humanos para o trabalho. Na segunda suposição a idéia de neutralidade inclui tanto os conteúdos desenvolvidos nas diversas disciplinas quanto a estrutura organizacional da escola. Neste nosso ensaio, estamos priorizando a escola de primeiro e segundo grau, independentemente de sua dependência administrativa. Do mesmo modo, estamos nos fixando num período de tempo que envolve a época da Lei 5.692/71 até a Lei 7.044/82, visto serem estas duas leis que trataram da relação educação e trabalho, sob o tema da profissionalização.

A primeira suposição, a respeito de a escola ser eficiente, está fundamentada em três linhas que escolhemos, entre muitas, para justificarmos nossa argumentação: a) a função adaptativa da escola; b) a noção liberal sobre a escola; c) a noção de educação como investimento, individual e/ou social.

A Função adaptativa da escola

Esta função pode ser caracterizada como aquela pela qual a escola, através dos seus serviços de orientação educacional, pedagógica, religiosa, etc, assume o papel de transportar o mundo externo à realidade dela mesmo (para dentro), como num movimento de fora para dentro. Esse «trazer» pode ocorrer de forma

* Conferência proferida na Jornada de Estudos sobre Preparação para o Trabalho no Ensino de 1º e 2º Graus, Porto Alegre, Conselho Estadual de Educação, 16 de junho de 1983.

** Doutor em Educação, Universidade de Stanford; Professor do Departamento de Estudos Básicos da Faculdade de Educação da UFRGS.

(1) Neste ensaio, educação é tratada diretamente como aquela atividade de que ocorre formalmente na escola.

semelhante, tanto no primeiro como no segundo grau, em suas séries terminais. Por exemplo, quando o aluno está na última série do primeiro grau, através dos serviços, estará ele informado sobre o «que» o espera no ano seguinte uma atividade profissional ou/e simultaneamente um espectro do segundo grau de acordo com as habilitações oferecidas. Da mesma forma com o aluno de segundo grau, mas de uma forma mais aguda por sua idade e uma necessidade maior de trabalho. Mesmo assim, a escola através do SOE irá prover este aluno de informações sobre atividades profissionais como também sobre o que esperar de um curso superior.

Esta função de ajustamento pode ser identificada claramente quando ocorrem os momentos acima descritos, a respeito da escolha que o(a) aluno(a) fará. Isto ocorre principalmente durante os momentos nos quais ao aluno é apresentado o perfil de profissões. Através de testes, entrevistas, fica o indivíduo capacitado a fazer uma escolha livre a respeito de seu futuro. A função adaptativa é considerada eficiente quando ocorre a verdadeira justaposição entre aquilo que é *esperado* pelo aluno e o *esperado* pelo empregador. E, mais ainda, a eficiência está calcada no princípio de que a escola esteve devidamente preparada, pois seus serviços de assessoria estavam providos adequadamente de profissionais competentes, junto com os recursos técnicos, para que o indivíduo não sofresse desilusões em sua próxima etapa. Nessa escolha do aluno, não se mencionam outras influências, ela é produto exclusivo de sua individualidade, de sua personalidade, é seu o discernimento sobre tal ou qual opção tomar.

A noção liberal sobre educação

A relação entre a noção de eficiência e uma visão liberal da educação está fundada no princípio de igualdade. Esse princípio está difundido através da expressão «igualdade de oportunidades educacionais» para todos. Se, por um lado, o princípio da igualdade refere-se a oferta de chances, via Estado especialmente, também por outro lado pressupõe que os sujeitos portadores dessa chance deverão corresponder ao ofertado, através de seus méritos pessoais.

A igualdade de oportunidades pressupõe, no terreno educacional, a eficiência da escola em prover aos seus «iniciados», desde a pré-escola, um tratamento que possibilite a todos a obtenção dos diplomas que os capacitem para um próximo nível de ensino, como também para uma função produtiva na sociedade. As falhas eventuais que ocorrem, tais como as de reprovação, repetência, evasão, etc., estarão imputadas aos indivíduos, sejam eles os próprios alunos, ou como em alguns casos aos professores e aos serviços (orientadores). E dentro dessa mesma perspectiva enquadram-se aqueles que obtiveram sucesso. Novamente aos indivíduos o mérito. Então, tanto pelo fracasso como pelo sucesso dos indivíduos, a escola «cumpriu sua função». A ineficiência cabe a pessoas e não à instituição escolar em si. Mas ainda, subjacente a esse princípio, está o de que a escola

favorece o mérito, isto é, aos mais capazes, o sucesso. Ao fornecer o diploma de conclusão em qualquer nível, está automaticamente comprovando a sua utilidade na sociedade, pois este diploma significará uma mão-de-obra qualificada adequadamente. Nessa noção mais uma vez se concretiza a relação entre a escola e o trabalho, por ser a escola eficiente em sua intermediação em preparar o indivíduo na escola para o mundo do trabalho. Assim, a escola assume seus méritos com base no sucesso daquele indivíduo que soube se preparar adequadamente. A falha, o insucesso, é, porém, responsabilidade do indivíduo.

A noção de educação como investimento

A educação como investimento tem como justificativa mais eloquente aquela que diz respeito à teoria do capital humano. Essa teoria tem como entendimento básico o de que nem todos são detentores de «capital», mas em contrapartida a grande maioria da população tem um fator de produção chamado «trabalho». Então, é através de investimentos feitos nesse fator trabalho que este se qualificará. Essa qualificação será tão decisiva que conceitualmente o trabalho deixará de ser uma atividade humana para transformar-se em capital humano. A partir dessa transformação, teríamos dois entendimentos a respeito de capital: a) tradicional (entendimento) que envolve os aspectos financeiros, de maquinário, de terras; b) nova, que seria o capital humano, de que todos são portadores e que pode ser aperfeiçoado constantemente via educação.

Como ocorreria esse melhoramento do fator de produção trabalho? Como se poderia medir esse processo? A explicação está na noção de investimento, mensurada em termos de número de anos de escolaridade; em termos de tipo de estudo feito; ao nível de aprofundamento obtido (formalmente). A partir disso, a noção de capital humano propõe uma mensuração também dos resultados desse investimento (pois os anos de escolaridade, tipo e nível representaram custos, mensurados em unidades monetárias). E os resultados serão então aferidos em forma de aumento no nível de renda pessoal e social. A nível pessoal, a aferição é feita através de diferenças nos rendimentos em função do nível de escolaridade atingido. Se, por exemplo, alguém concluiu até a 5ª. série, seu salário será x ; se tivesse concluído até a 8ª série seria $2x$; com segundo grau completo, seria $3x$; e título universitário $4x$ (aqui está de uma forma simplista, pois não estamos incluindo as diferenças por idade, sexo, raça, etc., as quais podem influenciar, mas não invalidam a tendência geral de: mais escolaridade igual a maior renda)! E, a nível social, a aferição é feita com base nos aumentos do Produto Interno Bruto, a partir do pressuposto de que a uma maior escolaridade significaria um aumento correspondente na produtividade (num país, como um todo).

Ora, todas essas três noções: adaptativa, liberal e de desenvolvimento, estão associadas também como o segundo pressuposto deste meu estudo: o de que a escola é neutra.

O pressuposto de que a escola é uma instituição neutra, isto é, que suas atividades são de caráter racional, técnico e sem externalização de seus comprometimentos, está ou pode ser analisada a partir da própria organização da escola (direção, serviços, CPM, funcionários e alunos) como também pelos conteúdos desenvolvidos nas disciplinas componentes de sua estrutura curricular.

Em relação à organização da escola, existe uma aceitação de que, por exemplo, o poder decisório é algo que já é dado, isto é, pré-existe à própria instituição. Essa aceitação ocorre entre os que estão diretamente envolvidos com a escola (pais, alunos, professores e funcionários e as mantenedoras) como também a própria sociedade onde ela se insere. Assim, as funções de poder, tanto da direção dos serviços, dos pais, funcionários e mesmo dos alunos, já estão definidas previamente (vide os regulamentos de CPMs e Grêmios Estudantis, por exemplo). Muitas funções e papéis sociais são atribuídos sem mesmo regulamentos. Estão fortemente legitimados através dos tempos. Todos aqueles que ingressarem nessa instituição chamada escola simplesmente deverão estar preparados para atender ao já prescrito para aqueles papéis. Os princípios de heterodeterminação e de hierarquia já são partes constituintes da organização escolar. Tanto em termos da administração direta, através do cargo mais elevado, que é o de diretor até os funcionários e alunos, quanto em termos de administração indireta, através de assessorias de serviços e do próprio CPM, está contida a hierarquização e heterodeterminação.

De acordo com essa perspectiva, a escola se apresenta como uma instituição bem organizada, sem influência de pessoas, organismos e tanto de dentro como de fora da mesma. Segue, a escola, uma linha de trabalho onde a competência de cada um de seus integrantes será medida por seu não envolvimento em esferas fora de sua alçada. Os aspectos de avaliação e os métodos usados seguem regras precisas sem levar em conta outros condicionantes. A avaliação, por exemplo, seguindo a perspectiva de neutralidade, deverá só mensurar aquilo que for possível de ser quantificado, seguindo um modelo de avaliação usado quando do término de um processo de produção numa empresa.

Também os princípios administrativos são transpostos do modelo de empresa, e nesses princípios enquadram-se os métodos de trabalho desenvolvidos na empresa e transpostos para a escola. Por exemplo, sobre o aspecto de propriedade do saber, tanto o aluno quanto o operário ficam na condição de receber o saber, provindo de outros que são seus superiores, num caso o professor, em outro contramestre ou chefe. Não é necessário maiores aprofundamentos quando exemplos desse item envolvem os casos de disciplina na escola e no trabalho e participação em decisões.

Em relação aos conteúdos curriculares desenvolvidos nas disciplinas, pode-se afirmar que existe uma certa continuidade entre a neutralidade que existe na esfera administrativa para a esfera de sala de aula. A grande maioria das disciplinas são organizadas dentro de princípios que apresentam uma visão da

realidade que cerca a escola de uma forma em que predomina a normalidade. Essa normalidade refere a valores de submissão, aceitação, papéis definidos para o homem e a mulher, como também para os(as) empregados(as). Nem falar sobre o índio, industrialização, ecologia e ideologias, Se, de um modo, a escola não comenta nada de diferente ao que cabe a ela desenvolver, por outro, delega aos políticos essa função. Ao professor cabe ensinar e aos alunos cabe aprender. Aliás, sobre esse ponto a apropriação de fatos da realidade para dentro da sala de aula segue um modelo bem utilitarista: somente como subsídios para esclarecer alguns problemas, ou seja, como mais um instrumento de aprendizagem, O que permanece intacto são as causas desses fenômenos, as quais não compete à escola se envolver. Um exemplo desse não envolvimento se constata no exame dos planos de ensino e nos conteúdos dos livros-texto utilizados. Especialmente na área de Estudos Sociais onde tanto a família, quanto os aspectos de classe social e etnia são apresentados e discutidos com os alunos sob o prisma da igualdade social, numa democracia social, racial, econômica, política e cultural.

Diante do exposto, especialmente frisado os dois pressupostos que são comumente aceitos como válidos a respeito da escola e do trabalho, temos alguns comentários a fazer:

a) a escola, como instituição, não é, por si só, tão eficiente para atender as necessidades do mundo do trabalho. Por quê? Porque esse mundo do trabalho não é uma entidade tão abstrata, mas sim é uma função explícita, em nossa sociedade, dos interesses do capital. Podemos exemplificar através dos programas de retreinamento que funcionários de empresas são submetidos de acordo com necessidades específicas: a TELEBRÁS, que fornece estágios de até 2 meses, em lugares muito especiais, o que substitui perfeitamente a necessidade de treinamento através da escola tradicional. O mesmo se refere aos estágios providos pelo BRADESCO para seus caixa-executivos.

Se, por um lado, temos uma escola mais produtiva para o capital, forma do sistema oficial e formal, este mesmo capital busca, por outro lado, dentro do sistema oficial, outras formas de atender às suas necessidades. Exemplo dessa situação acima, principalmente no setor industrial, são os cursos do SENAI. Também se enquadram o SENAC, o SENAR, PIPMO, etc.

Portanto, a escola é ineficiente no sentido de não poder acompanhar a velocidade de modificações tecnológicas, onde seus laboratórios ficam superados quase que ao passar de um dia. Pergunta-se: Por que a escola subsiste? Ou, em outros termos, porque o capital (empresários) aceita a escola como é? Numa primeira resposta, está a explicação de que essa escola, ineficiente na aparência, está atendendo a uma demanda desses mesmo interesses, a qual é anterior à capacitação de habilidades ao aluno. E essa capacitação se resume no caráter ideológico do processo pedagógico que acontece na escola, no seu cotidiano, nas suas práticas.

Como ocorreria isso? Uma explicação está já contida no segundo pressuposto, que diz respeito à falsa interpretação de que o ato educativo é uma atividade neutra. Como poderia ser caracterizada essa função ideológica, que ofusca uma maior aproximação entre a escola e o mundo do trabalho?

Em primeiro lugar, quando da apresentação da função adaptativa da escola, através da visão de ver a “vocação” dos alunos, tanto da procura de uma futura profissão como de uma próxima escolaridade, é omitida ou, pelo menos, não é realizada a distinção entre o que significa preparar para o trabalho e preparar para um emprego. É exatamente neste ponto que a nova Lei 7.044/82 apresenta sua deficiência maior. Em outras palavras, ao trazer e fornecer informações aos alunos, a escola, através de seus serviços, não apresenta o quanto o mercado de trabalho é uma realidade extremamente competitiva e que as ditas qualidades esperadas por quem emprega as pessoas vão além das habilidades técnicas. Nessas informações, não aparecem as outras habilidades requeridas tais como: obediência, submissão, aceitação da hierarquização, etc. É também omitido o quanto realmente tem o significado de possuir um diploma para obter um emprego, especificamente no sentido do quanto um diploma perdeu de significado técnico em detrimento de ser mais uma pré-condição de ingresso num emprego. Essa noção de que diploma é mais um documento de entrada do que uma qualificação está associada com a idéia de que todos indivíduos podem conseguir trabalho com aquele mesmo diploma. E aí o contraste: quantos que sabem muito bem sobre uma função, tendo sido treinados em casa ou em seus próprios sindicatos, são preteridos para entrar no emprego em função daqueles que têm uma formação melhor. Por formação melhor, entenda-se a origem de classe desses indivíduos ou por serem filhos dos proprietários do capital. O mesmo raciocínio pode ser utilizado na explicação para alguns que exercem funções de chefia, sem diplomas formais, mas com diplomas de berço.

Como ficará então a questão do capital humano? Será que o investimento feito, em anos e anos de estudo, para um filho de operário será o mesmo para um filho de empresário? Poderá o primeiro competir nas mesmas condições com o segundo? Para melhor compreensão, vale a pena a gente se lembrar o que foram os nossos antigos ginásios de preparação para o trabalho. Especialmente aqueles onde predominavam as oficinas mecânicas; as marcenarias; as gráficas. Não vou entrar no mérito do contexto interno dessas escolas (por exemplo, de quem lecionava; sobre as regras dos internatos; os regulamentos das oficinas, etc), mas gostaria só de lembrar quem eram os alunos que freqüentavam essas instituições. Sendo a maioria de origem de classes subalternas, não estariam eles, ao serem treinados na escola, obtendo uma qualificação necessária para, uma vez formados, ficarem somente atuando em funções técnicas e não em chefias? Isto é, continuariam sendo eternamente operários? Em outras palavras, quem estaria indo estudar nessas escolas? Alunos de pais de classe média?

A teoria do capital humano ao afirmar que todo investimento em educação tem retorno pode ter uma aceitação parcial quando estudamos dentro da perspectiva individual (é famosa a forma de exemplificar isso através do filho da lavadeira que ficou médico, engenheiro, etc.). Mas perguntamos: Como categoria, todos podem seguir o mesmo caminho? Novamente cabe à educação, especialmente a desenvolvida nas escolas, a função de mistificar (encobrir, a regra geral) ao apresentar o exemplo de mobilidade social de um como possibilidade de todos.

O exemplo acima, que serve para criticar a teoria do capital humano, também poderá ser utilizado para o segundo enfoque a respeito da estrutura da escola e dos conteúdos desenvolvidos pelas disciplinas. Digo que a “preparação para o trabalho” acontece no dia-a-dia da escola, a qual, através dos conteúdos curriculares de qualquer disciplina e da própria organização administrativa da escola, transmitem, socializam, as pessoas para um mundo do trabalho: hierarquizado, heteronômico e de submissão.

Enquanto a semelhança entre a fábrica e a escola permanecer, sob o aspecto de que uns sabem e mandam, contra outros (a maioria) que não sabem e obedecem (o que lhes é dito), estarão os alunos sendo devidamente treinados para serem bons operários e funcionários: obedientes e independentemente de capacitação técnica.

São então, nos momentos nos quais ao aluno cabe uma disciplina rígida, uma obediência irrestrita, uma submissão a regras de comportamento e de formação do conhecimento pronto, que poderão constituir o operário ideal, que aceita tudo. Além disso, pela visão que recebe através de como uma escola se organiza, controlando seus professores, tendo pessoas especialistas que podem só fazer aquilo que é determinado por sua função nos regimentos internos — estará o aluno sendo preparado para ser uma parte a mais na engrenagem do modo de produção dominante. Assim se cumprirá a profecia da “produtividade” — mas aquela que atenderá sempre aos interesses de quem é dono dos meios de produção.

Então, educação e trabalho apresentam somente essa relação linear? Essa relação de causa e efeito? Certamente que respondemos com um não. Verificamos que pode haver outras relações, fundamentadas em muitas experiências espalhadas por esse Brasil, onde propostas teóricas e políticas sobre o que pode ser feito estão ocorrendo. Um primeiro sinal disso é quando deparamos com pessoas que, como educadores, no seu cotidiano e em suas práticas, respondem com “quem” estão comprometidos. É nessa visão que acreditamos estar a escola preparando para a vida, mais do que uma preparação para a submissão, obediência cega e silêncio.

Especificamente, uma proposta dessas ordem demanda atitudes e posturas de quem trabalha em escolas, exige que se reflita sobre a busca para uma sociedade onde se tentará diminuir o controle de uns sobre outros. E, nessa perspectiva, toda e qualquer experiência que trazer a possibilidade real de auto ou cogestão, será

um indicador de que o mundo do trabalho envolve um projeto participativo. Em termos de escolas, um exemplo seria a escolha de diretores através de eleições diretas da comunidade escolar. Se na instância da escola isso é possível, embora demandando um esforço indispensável e cotidiano de quem se envolve com ela, ainda no setor da produção uma possibilidade de co ou autogestão torna-se uma etapa a ser conquistada. Vale salientar que a socialização para o trabalho, via participação no controle de seu processo (eleições, cogestão e autogestão), não se esgota no ato da escolha em si. Demanda um novo começo, para se alterar a internalidade do modo de produção. E isso requer a criatividade de que todos somos portadores. Não basta, portanto, a criação de novas leis e pareceres, que alteram a compulsoriedade da profissionalização e se “abrem” para preparar para o trabalho. A essência está em participar no controle do processo decisório e simultaneamente procurar alternativas que modifiquem um processo de produção existente. A escola é uma instância desse processo. Não único.

(Recebido para publicação em 29.11.83)